11º Encontro Internacional de Política Social
18º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Entre o capital e a vida: questão social, crise ambiental e resistências
Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e Opressões do Capitalismo

Invisibilidade e evasão: permanência de pessoas trans no ensino superior

Gabriel Murilo Salomon Laplagne Araujo[1]

Resumo: Este relato apresenta reflexões sobre desafios e vivências de pessoas LGBTQIAPN+ a partir de uma atividade na graduação de Serviço Social da UFES, organizada pelo CALSS com apoio dos estudantes do segundo período do curso. Esta atividade foi pensada para estudantes ingressantes no semestre de 2026/01, com o objetivo de prevenir situações de LGBTQIAPN+fobia nos espaços acadêmicos e fora deles, por meio da socialização de relatos pessoais e da abordagem de temas que aprofundassem essas vivências. A partir disso, evidenciaram-se dificuldades relacionadas à permanência no ensino superior, especialmente no que se refere às experiências de pessoas trans, envolvendo processos de discriminação, sofrimento emocional e invisibilidade.
Palavras-chave: transexualidade; ensino superior; evasão.

Invisibility and evasion: retention of trans people in Higher education

Abstract: This report presents reflections on the challenges and experiences of LGBTQIAPN+ individuals, based on an activity conducted as part of the Bachelor's degree program in Social Work at UFES, organized by CALSS with the support of second-semester students in the program. This activity was designed for freshmen in the 2026/01 semester, with the goal of preventing LGBTQIAPN+ phobia in academic and non-academic contexts through the sharing of personal stories and the exploration of themes that delved deeper into these experiences. As a result, the difficulties associated with remaining in higher education became evident, particularly regarding the experiences of transgender individuals, involving processes of discrimination, emotional distress, and invisibility.
Keywords: transgender; higher education; dropout rate.

1. Introdução

A realidade universitária embora reconhecida como um espaço de formação, inclusão e desenvolvimento, nem sempre se configura como um ambiente igualitário para todos os sujeitos que a integram. Nesse contexto, faz-se necessário uma reflexão crítica sobre os atravessamentos de classe, raça e gênero que prejudicam a inserção nos estudos e se fazem presentes para pessoas trans e travestis tanto antes quanto durante sua trajetória no contexto universitário.

> […] A universidade, apesar de ser um meio privilegiado na produção de conhecimento, tem se reafirmado como um ambiente transfóbico sem a presença de travestis e pessoas transgêneras. A ausência desse público só escancara o ódio do 179 Brasil a essa população em suas diversas tentativas violentas de apagamento de identidades de gênero. O acesso ao ensino superior historicamente é privilégio de grupos da elite e da classe média

[1] Graduando em Serviço Social e Bolsista do Pet Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) E-mail: gabrielsalomonaraujo@gmail.com

> brasileira, por esta razão, a expansão deste nível de ensino e a entrada de mulheres e homens pretos, de travestis, de pessoas transgêneras, de lésbicas, de gays, de bissexuais representa a conquista de um direito que lhes foi negado desde a chegada dos primeiros cursos superiores no país. (DUARTE, 2023, p. 178)

Ao se pensar em um crescimento igualitário no âmbito educacional, deve-se considerar os aspectos destes atravessamentos sociais ligados ao âmbito familiar, institucional e às relações entre corpo docente e discente. A falta de interesse em se informar e compreender essa realidade se manifesta por meio da violência e da discriminação, impactando diretamente a saúde mental desses sujeitos e gerando problemas que contribuem para o sofrimento psíquico, evasão escolar e, em casos mais extremos, o suicídio.

A partir disso, entende-se que essa realidade deve ser debatida, considerando que o acesso à educação é um direito garantido pelo Artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 123)

Para além disso ao se pensar na evasão desses estudantes, deve-se considerar que o Estado tem o papel fundamental de proporcionar e ajudar diretamente no financiamento da permanência desses estudantes. Dentro do ensino superior existe o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que auxilia principalmente no processo de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de reduzir taxas de retenção e evasão, além de melhorar o desempenho acadêmico e a inclusão social dos estudantes.

Neste contexto, compreende-se, no âmbito do Serviço Social, que o(a) Assistente Social em formação ou já atuante, deve orientar sua prática com base no compromisso ético-político, voltado ao enfrentamento das diversas formas de opressão, conforme previsto no código de Ética profissional.

> Art. 22° - O assistente social deve interessar-se por todos os grandes problemas sociais da comunidade, dentro de uma perspectiva da realidade brasileira, colaborando com seus recursos pessoais e técnicos, para o desenvolvimento solidário e harmônico do país.

Diante disso, o presente trabalho propõe uma análise crítica sobre a realidade contemporânea da população trans, buscando apresentar reflexões a partir de vivências compartilhadas durante uma mesa de conscientização da comunidade LGBTQIAPN+. O foco recai sobre as dificuldades de permanência acadêmica e os processos que contribuem para a evasão dessa população, evidenciando que o acesso à universidade não garante, por si só, a inclusão efetiva. Sob essa ótica, compreende-se que a permanência de estudantes trans no ensino superior configura-se como uma forma de resistência combativa frente à precarização da vida e às barreiras impostas pelo conservadorismo no espaço acadêmico**.**

Segundo Duarte (2023) modificar o perfil das pessoas que acessam a universidade é de extrema importância para o desenvolvimento de diversos âmbitos, como por exemplo na economia. Isso porque a presença da diversidade dentro no ensino superior contribui para o questionamento de privilégios de classe e de padrões cisheteronormativos, tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico. Para além disso, segundo a autora, essa diversidade também impacta diretamente o mercado de trabalho, formando profissionais mais comprometidos com a promoção da cidadania e com a construção de políticas voltadas para grupos historicamente invisibilizados.

2. Marco Teórico

2.1. O papel da formação do aluno de Serviço Social no combate à invisibilidade e à evasão de pessoas trans no ensino superior

Tendo como base a profissão do assistente social, no âmbito da formação acadêmica é fundamental que os estudantes compreendam a relevância dessa atuação no enfrentamento de todas as formas de opressão, incluindo aquelas relacionadas à identidade de gênero, como a transfobia. No curso de Serviço Social, estuda-se, de maneira central, a contradição entre capital e trabalho. A partir dessa perspectiva, torna-se possível entender as desigualdades produzidas pelo modo de produção capitalista, bem como os atravessamentos de raça, classe e gênero que estruturam essas desigualdades no capitalismo (SINIGAGLIA, 2020).

Nesse sentido, a formação aborda o projeto ético-político da profissão, que se fundamenta no compromisso coletivo com a dignidade humana, a defesa dos direitos sociais e o combate à todas as formas de opressão. Essa postura ética é materializada por

meio de normativas do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que reafirmam o direito à identidade de gênero. Destaca-se a Resolução CFESS nº 615/2011, que garante o uso do nome social em documentos e carteiras profissionais, e a Resolução CFESS nº 845/2018, que ratifica o dever do assistente social no combate à transfobia e à travestifobia. Esse projeto orienta a atuação dos(as) assistentes sociais diante das desigualdades e dos desafios contemporâneos, reafirmando o papel crítico da profissão.

Segundo Sinigaglia (2020) esta é uma realidade e um contexto social relativamente novo para o Serviço Social solicitado a trabalhar com populações de travestis, mulheres transexuais e homens trans, demandas agravadas pelos valores e moral sociais tradicionais, pelo modo de produção capitalista e pelos tabus dominantes; trata-se de uma das expressões da questão social com especificidades próprias para a população em questão. Essas pessoas carregam no corpo os signos e símbolos da segregação social, da violação de direitos desde o início da transição, evasão escolar, desamparo familiar, falta de acesso à saúde que se agrava com o uso de hormônios sem acompanhamento médico, aplicação de silicone industrial e a ausência de proteção social.

Além disso, em consonância com o Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, a formação em Serviço Social se estrutura por meio de diferentes dimensões articuladas: ensino, pesquisa e extensão. O ensino se desenvolve nos espaços formais da sala de aula, nos grupos de estudo e nas disciplinas optativas oferecidas ao longo do curso, possibilitando a ampliação e o aprofundamento crítico dos conteúdos. Nesse sentido, o debate sobre o combate à transfobia não se apresenta como eixo central do curso, mas está presente como recorte em diferentes disciplinas e materiais.

A pesquisa, por sua vez, se materializa nos trabalhos acadêmicos realizados nas disciplinas, na participação em núcleos de estudos e em iniciativas como o Programa de Educação Tutorial (PET) em Serviço Social, contribuindo para o aprofundamento desse debate em consonância com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previsto no Art. 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Já a extensão se concretiza por meio de atividades voltadas à comunidade externa, como palestras, oficinas e projetos, abordando diversas temáticas, com o objetivo de promover a reflexão crítica, contribuindo para a formação de profissionais mais preparados para lidar com essas demandas e atuar no combate à invisibilidade e às dificuldades de

permanência da população trans no ensino superior.

Para além do tripé acadêmico, destaca-se a participação fundamental do movimento estudantil na formação em Serviço Social, por meio do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS). Esse movimento exerce um papel político importante dentro do curso, atuando na defesa de pautas relacionadas aos estudantes e à qualidade da formação profissional (CFESS, 2016).

Nesse contexto, também se insere o Centro Acadêmico Livre de Serviço Social da UFES (CALSS), uma entidade estudantil representativa que tem como objetivo principal articular e dar voz às demandas dos discentes. Sua atuação está voltada para a escuta ativa dos estudantes, buscando compreender suas necessidades e promover debates sobre questões relevantes, como racismo, transfobia e demais problemáticas que impactam a vida acadêmica. Além disso, o centro acadêmico participa ativamente das discussões sobre o curso e sobre a universidade de modo geral, contribuindo para a construção de um ambiente mais justo e inclusivo (CFESS, 2016).

No âmbito da formação crítica dos estudantes, do fortalecimento do diálogo e do enfrentamento às diversas formas de opressão, insere-se este relato de experiência. O convite para a composição da mesa surgiu a partir de um episódio de transfobia vivenciado por um estudante no ambiente acadêmico, evidenciando a persistência de práticas que não condizem com os princípios ético-políticos da profissão. Situações como essa, somadas a outros casos de transfobia e LGBTQIAPN+fobia, mobilizaram a comunidade acadêmica em torno da necessidade de ampliar o debate e promover ações de conscientização, especialmente no que diz respeito ao respeito ao nome social e ao uso adequado de pronomes. Esse movimento contribuiu para dar maior visibilidade à temática e reforçar a importância da construção de um espaço universitário mais inclusivo e comprometido com a diversidade.

3. Sobre transexualidade e os atravessamentos em diversos âmbitos da vida social

Ao abordar a vivência trans, é fundamental reconhecer que as violências e os desafios enfrentados se manifestam desde as primeiras fases da vida. No entanto, é na adolescência que essas experiências tendem a se intensificar, período em que muitas pessoas passam a compreender e, expressar sua identidade de gênero de forma mais

evidente. Conforme apontado na cartilha do (CFESS, 2016), a adolescência e início da vida adulta são momentos em que as discriminações se tornam mais intensas, justamente por ser um período de maior afirmação da identidade.

Dessa forma, entende-se que a continuidade dessas violências ao longo da infância e da adolescência interferem diretamente a permanência desses indivíduos no ambiente escolar, comprometendo seu percurso educacional. Isso ocorre porque, atravessam diferentes espaços ocupados por pessoas trans, dificultando a construção de trajetórias educacionais contínuas como aponta a (ANTRA, 2024).

> Além disso, a escolaridade de travestis e transexuais tem sido um desafio para gestores e políticas educacionais. Dados de alguns estados evidenciam que mais de 70% de pessoas trans e travestis são levadas a abandonar a escola no Ensino Médio por inúmeras razões vinculadas ao preconceito familiar, violência na escola e trajetórias muitas vezes forçada para as ruas sem apoio e redes de cuidado essenciais para a sobrevivência.

Ao considerar esse cenário de evasão escolar, torna-se evidente a importância de compreender a trajetória dessas pessoas desde a infância até a vida adulta. Além disso, é fundamental reconhecer que, muitas vezes, a evasão está diretamente relacionada ao estado de saúde mental do indivíduo, impactado por diferentes formas de violência, como processos de exclusão e bullying, conforme apontado por Silva (2018).

Segundo (Silva 2018), o reduzido número de pessoas trans nas universidades evidencia que esse espaço ainda não se mostra muito inclusivo, o que, consequentemente, gera sofrimento psíquico aos estudantes trans. A partir dessa compreensão, torna-se possível analisar as barreiras que dificultam o acesso e a permanência no ensino superior, sendo a evasão escolar uma das principais consequências desse contexto.

Diante desse contexto, observa-se que apenas uma pequena parcela dessa população consegue acessar o ensino superior. Dados do ANTRA 2024 apontam que apenas 0,3% das pessoas trans no Brasil conseguem acessar a universidade, evidenciando que os desafios enfrentados vão além do ingresso, impactando diretamente as condições de permanência acadêmica e contribuindo para processos de evasão.

Além disso, outros fatores também influenciam esse percurso, como a insegurança social e a violência direcionada a essa população. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) de 2025 apontam que o Brasil se mantém, há anos, como o país com maior índice de assassinatos de pessoas trans e travestis.

4. Troca de Experiências no Evento “Mesa: Comunidade LGBTQIAPN+ e as dificuldades de permanência”

A atividade, chamada “Mesa”, ocorre todo início de cada semestre dentro do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sendo pensada pelo Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALSS), juntamente aos alunos do segundo período de cada semestre. Tem o intuito de apresentar algumas das bandeiras de luta do Serviço Social, como documentado na cartilha do CFESS (2018), além de conscientizar os novos estudantes sobre os posicionamentos éticos da profissão e sobre como devem se posicionar mesmo estando em formação.

O encontro relatado foi realizado no primeiro semestre de 2026 e teve como tema “Comunidade LGBTQIAPN+ e os desafios da permanência”. A atividade contou com a participação de 48 pessoas, incluindo os convidados e organizadores. Destas, foram observadas 8 pessoas trans no total: 1 na organização do evento, 2 convidados para a Mesa e 5 alunos ouvintes. Este dado já evidencia, de certa forma, a baixa presença dessa população no ambiente acadêmico.

O tema escolhido teve como principal objetivo evidenciar as dificuldades de permanência no meio acadêmico, além de discutir o acesso à saúde e a ausência de políticas públicas efetivas voltadas para essa população. A atividade também buscou promover o acolhimento dos novos estudantes LGBTQIAPN+ e informar os estudantes cisgêneros sobre essas vivências, com o intuito de evitar a reprodução de práticas transfóbicas e LGBTQIAPN+fóbicas dentro do ambiente universitário.

A atividade ocorreu como um espaço de troca de experiências, no qual os convidados compartilharam suas vivências em diálogo com o público presente. Na Mesa participaram três convidados: um homem trans, uma travesti e um homem cisgênero homossexual. Durante as falas, foram abordados temas como a dificuldade de acesso à saúde pública por pessoas trans, os desafios no acesso e permanência no ensino superior, a ausência de políticas públicas eficazes e a presença da homofobia estrutural no ambiente universitário, inclusive dentro do próprio curso de Serviço Social. E para além das falas dos(as) convidados(as), houve também diversos momentos de troca com os calouros do curso, onde os mesmos trouxeram suas dificuldades para além da vida acadêmica, como por exemplo a dificuldade do uso correto do nome social, a dificuldade de acessar a saúde e entre outros.

Diante dessas observações, compreende-se que as dificuldades enfrentadas pela população trans no ensino superior vão além do acesso à universidade, envolvendo questões estruturais que impactam diretamente sua permanência acadêmica. Aspectos como discriminação, invisibilidade, dificuldades no acesso à saúde e ausência de políticas públicas eficazes contribuem para a fragilização do vínculo desses estudantes com o ambiente acadêmico, podendo resultar em processos de evasão.

5. Resultados e discussões

A mesa intitulada "Comunidade LGBTQIAPN+ e os desafios da permanência" contou com a participação de 48 pessoas, majoritariamente estudantes de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Durante a atividade houve uma sensibilização com os participantes ouvintes, buscando checar quantas pessoas transexuais e travestis ocupavam aquele espaço (incluindo convidados e integrantes do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALSS) e apenas cinco sujeitos se identificaram publicamente. Esse dado revela uma contradição: por um lado, permite que os estudantes cisgêneros visualizem a exclusão; por outro, escancara a baixa presença dessa população na universidade.

Esta contradição fica mais evidente quando se entende que, das 8 pessoas trans observadas no total, apenas três eram calouros. No universo da formação em Serviço Social, somente 5 estavam presentes como estudantes, o que pode indicar tanto a não identificação pública por parte de alguns estudantes quanto a baixa presença de pessoas trans no curso.

Ao longo das interações, notou-se que somente três dessas pessoas se sentiram confortáveis para compartilhar suas vivências, sendo duas delas convidadas. Esse silêncio chama a atenção para um possível sentimento de insegurança ou falta de pertencimento. Mesmo em um ambiente que se propõe acolhedor, o histórico de preconceitos gera uma necessidade de autoproteção. Esse cenário está diretamente ligado ao sofrimento emocional e à invisibilidade que a população trans enfrenta desde o ensino básico até o ingresso no ensino superior.

Outro ponto de destaque foi o debate sobre o acesso à saúde pública, especialmente sobre o processo transexualizador e o uso do nome social no GVBUS, no SUS e nos registros da UFES. Durante o encontro, ficou evidente que o acesso a esses

direitos permanece limitado. A dificuldade de obter hormônios de forma gratuita e contínua na rede pública, somada às barreiras socioeconômicas, compromete a saúde dos estudantes e, consequentemente, sua capacidade de seguir estudando.

Diante dessas observações, compreende-se que as dificuldades enfrentadas pela população trans no ensino superior vão além do acesso à universidade, envolvendo questões estruturais que impactam diretamente sua permanência acadêmica. Aspectos como discriminação, invisibilidade, dificuldades no acesso à saúde e ausência de políticas públicas eficazes como citados acima contribuem para a fragilização do vínculo desses estudantes com o ambiente acadêmico, podendo resultar em processos de evasão.

Após a atividade, o retorno dos participantes foi positivo. Alguns estudantes relataram que se sentiram acolhidos(as) naquele espaço, mesmo diante de dificuldades que enfrentam em suas famílias, principalmente por conta de tais indivíduos morarem na casa de seus pais e por conta disso não contarem sobre sua identidade de gênero por medo da rejeição. Esses resultados reforçaram que o compromisso do curso de Serviço Social com a defesa de suas existências os faz sentir mais seguros para ocupar a universidade, mesmo sofrendo em outros âmbitos. Isso prova que espaços de escuta são fundamentais para garantir que esses sujeitos permaneçam no ensino superior.

Considerações Finais

Diante do exposto, torna-se fundamental não perder de vista a presença da transfobia estrutural que atinge estudantes trans que buscam ingressar no meio acadêmico. Observa-se que a realidade dessa população ainda é marcada por barreiras significativas, tanto no acesso quanto na permanência e na construção de suas trajetórias acadêmicas.

Nesse sentido, destaca-se a relevância da formação em Serviço Social, uma vez que a profissão atua diretamente no enfrentamento das opressões e na garantia de direitos fundamentais. A continuidade de iniciativas como mesas de debate, palestras e atividades acadêmicas que abordem essas temáticas, bem como intervenções efetivas diante de casos de transfobia é essencial para fortalecer o respeito à diversidade e construir um ambiente acadêmico genuinamente inclusivo.

Posto isso, trabalhar possibilidades de fortalecer e enaltecer vozes e vivências de pessoas trans torna-se uma necessidade, visto que essa população tem sido historicamente colocada à margem das políticas públicas. O conservadorismo presente no Estado e na sociedade ainda reforça processos de exclusão que precisam ser combatidos diariamente. Ademais, sugere-se a criação de um Programa Institucional de Permanência e Inclusão de Estudantes Trans, voltado ao fortalecimento da permanência acadêmica dessa população, isso por meio de apoio psicossocial, acompanhamento estudantil, incentivo à produção acadêmica, ampliação do acesso a bolsas e auxílios para a permanência dessa população, e para além disso a garantia do respeito ao nome social e à identidade de gênero em todos os espaços institucionais.

Por fim, o objetivo deste trabalho não se limita apenas a ampliar o debate sobre a evasão de estudantes trans nas universidades, mas contribuir para a construção de espaços acadêmicos mais acolhedores, onde essas pessoas possam existir e se expressar com liberdade e segurança, e terem certeza de que a universidade também é um local para elas.

Por fim, reafirma-se que, a permanência de estudantes trans no ensino superior, configura-se como uma forma de resistência combativa diante da precarização da vida e das barreiras impostas pelo conservadorismo, garantindo o direito fundamental à educação.

Referências

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Cotas trans: nota técnica sobre políticas de ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento à transfobia no contexto da educação superior.** 2024. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/09/nota-tecnica-antra-cotas-trans-2024.pdf.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília (DF): CFESS, 2011. Disponível em: https://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Brasília (DF): CFESS, 2011. Disponível em: https://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Transfobia**. Brasília (DF): CFESS, 2016. (Série: Assistente social no combate ao preconceito, caderno 4). Disponível em: https://cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf.

CRUZ, Janaina. **Transexualidade e direitos das pessoas trans: o que pensam os alunos de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/10574.

DUARTE, Jessyca Barbosa. **Transpassando os limites da educação**: **os significados do acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras**. 2023. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/75350/3/2023_tese_jbduarte.pdf.

SILVA, Giannini Ferreira de Freitas. **A população transgênero no ambiente universitário**: desafios. 2018. 47 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/31afd8fe-28dd-41ac-94d0-7b0462948805/content.

SINIGAGLIA, Stenke**. O cotidiano da Assistente Social com as demandas da população de travestis, mulheres transexuais e homens trans**. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/23497/2/Otto%20Stenke%20Sinigaglia.pdf.